

Universidade Federal de Goiás
Media Lab / UFG
Observatório Brasileiro de Economia Criativa - GO

**Coleção Dimensões:
Culturas Afro-Brasileiras em
Goiás**

**Goiânia
2016**

FICHA TÉCNICA

REITORIA

Orlando Afonso Valle do Amaral

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Maria Clorinda Soares Fiarovanti

COLEÇÃO DIMENSÕES ECONÔMICAS DA CULTURA

OBEC - GO / Media Lab / UFG

ORGANIZADOR

Cleomar Rocha

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Carlos Augusto da Nóbrega • *UFRJ, BR*
Dr. Cleomar Rocha, presidente do conselho • *UFG, BR*
Dr. Derrick de Kerckhove • *Media Duemilla, IT*
Dr. Felipe C. Londonho • *Universidad de Caldas, CO*
Dr^a Heloisa Buarque de Hollanda • *UFRJ, BR*
Dr. Hugo Nascimento • *UFG, BR*
Dr^a Lucia Santaella • *PUC-SP, BR*
Dr^a Maria Luiza Fragoso • *UFRJ, BR*
Dr. Michael Punt • *Plymouth University, UK*
Dr^a Mihaela Punt Tudor • *Université Paul*
Valery Montpellier 3, FR
Dr. Stefan Bratosin • *Université Paul*
Valery Montpellier 3, FR
Dr^a Suzete Venturelli • *UnB, BR*

PESQUISA E REDAÇÃO

Cássio Eduardo Souza
Danielle do Carmo
Eloá Augusta Ribeiro
Joseane Oliveira
Isabella Szabor Machado Mustafé
Laise Barbosa Cavalcante
Polli Di Castro

DESIGN GRÁFICO, PROJETO EDITORIAL E DE INTERFACE

Eloá Augusta Ribeiro

APOIO

Adérito Schneider
Prof^a Thais Marinho
Ana Carolina Amorim
Felipe Bonfim
Polli Di Castro
Marianna Cezar Volpon
Virgínia Generoso Peçanha

C967 Culturas afro-brasileiras em Goiás / organizador, Cleomar Rocha. - Goiânia : Gráfica da UFG, 2016.

08 p. : Ebook - (Coleção Dimensões Econômicas da Cultura)

Apoio institucional: Universidade Federal de Goiás, Média Lab.

ISBN: [978-85-495-0057-1](#)

Sumário

Cultura Afro-Brasileira em Goiás	4
Cadeia Produtiva	9
Números do Setor.....	11
Referências	12

Cultura Afro-Brasileira em Goiás

Tylor definiu cultura como “todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética” (1871, apud LARAIA, 2001, p. 28). Segundo Silva (2013), a cultura afro-brasileira pode ser definida como um sistema simbólico que orienta as práticas sociais que tem por referenciais princípios ancestrais africanos. Contudo, essas práticas não são reproduções fiéis da África e sim adaptações que se reinventam constantemente, fruto do contato com outros grupos culturais. Fator esse, que pode ser entendido se levarmos em consideração o tráfico negreiro que, como afirma Louzada (2011), embarcava os africanos escravizados (capturados em diversas localidades) em lotes, sem considerar as distinções étnicas. Ao desembarcarem no Brasil, esses africanos eram classificados de acordo com o porto em que eram embarcados, desse modo, deslocados para um novo espaço social, cercados de diferentes culturas e “desprovidos das instituições sociais que lhes davam expressão” (2007, apud LOUZADA, 2011, p. 49), esses grupos carregavam consigo fragmentos de cultura que se fundiam religiões indígenas e o catolicismo.

O projeto colonizador implantado na América Latina buscou uma “conquista espiritual” como forma de dominação, impondo a religião cristã aos ameríndios e posteriormente aos africanos e negando qualquer forma de manifestação religiosa africana e indígenas. As religiões de matriz africana foram associadas ao “demônio”, essa demonização foi uma forma de justificar a opressão e violência contra o escravo. Era uma espécie de oposição entre “as forças do Bem, que iam de Deus ao senhor de engenho, e as forças do Mal, que iam de Satã até os seus sequazes das senzalas e dos mucambos” (1989, apud LOUZADA, 2011, p. 72). As religiões de matriz africana ainda hoje encontram-se em condições de marginalidade, os terreiros na maioria das vezes são localizados em regiões periféricas, longe dos grandes centros, distante das áreas ocupadas pela classe média e média-alta e principalmente distante de outras religiões frequentemente intolerantes.

Os africanos escravizados trazidos ao Brasil se originam de quatro tipos de civilização: as civilizações sudanesas (ioruba, daomeanos do

grupo gêge, grupo fantiixanti, krumans, agni, zema timini); as civilizações islamizadas (peuhls, mandingas, haussa, tapa, bornu, gurunsi); as civilizações bantos do grupo angola-congolês (ambundas de Angola, congos ou cabindas do estuário do Zaira, beguela); e por fim as civilizações bantos da Contra-Costa (moçambiques). Estima-se que mais de 4 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil entre 1550 e 1850.

Além da condição de escravo em que o negro foi relegado, a abolição da escravatura no Brasil foi realizada sem levar em consideração os direitos e necessidades da população negra que permaneceu como a parcela mais empobrecida e marginalizada da população brasileira. Atualmente, segundo o IBGE¹, cerca de 51% da população brasileira se declara como pretos ou pardos.

De acordo com os dados do IPEA (2011), com relação à educação, emprego, renda e moradia, permanecem as desigualdades raciais e exclusão social na qual pretos e pardos foram submetidos, evidenciando a incapacidade de políticas públicas ditas universais na redução da desigualdade. No âmbito da cultura, ainda há uma certa distância entre as manifestações culturais oriundas da cultura afro brasileira e o cenário cultural de prestígio. Segundo o Plano Setorial para a Cultura Afro-Brasileira, mesmo com manifestações culturais como o carnaval e outras festas populares movimentarem milhões de reais, nos “espaços de prestígio” a participação dos artistas negros ainda é quase inexistente (MINC, 2014, p.11).

Para tentar diminuir as desigualdades, o governo federal iniciou uma série de políticas públicas afirmativas, dentre elas, a adoção de cotas que permitem o acesso de negros nas universidades públicas. Para a cultura, considera-se a política de cotas um passo muito importante, pois quanto maior o nível de escolaridade, maior é o consumo de bens culturais. No âmbito educacional, temos também a implantação da Lei nº 10.639/03 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica.

No que diz respeito às políticas culturais, foi criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares, a primeira instituição pública a executar políticas

¹ Dados retirados do Censo 2010 (IBGE) sobre a distribuição da população brasileira considerando o critério de cor/raça.

de ações afirmativas no âmbito do governo federal. A partir de 2003, durante o governo de Lula, temos a idealização do PNC (Plano Nacional de Cultura), esse, segundo Silva (2012), foi o primeiro planejamento a longo prazo, empreendido pelo poder público para a cultura no Brasil. O PNC tem como objetivo estabelecer diretrizes para ação estatal, considerando como maior riqueza do Brasil, sua diversidade cultural. A partir dele houve um avanço nas políticas públicas para as culturas de origem africana.

Uma das formas de resistência do negro contra o regime escravocrata era a formação dos quilombos. Os quilombos eram formados pelos negros que recusavam a exploração do regime e fugiam para as florestas de difícil acesso, formando comunidades. Após a abolição da escravatura, o quilombo continuou sendo, para muitos, a única forma de sobreviver em liberdade, uma vez, que os libertos foram jogados nas ruas sem nenhuma assistência como já foi dito anteriormente.

Atualmente, os remanescentes dessas comunidades quilombolas têm seus direitos assegurados pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), suas manifestações culturais e modo de vida são protegidos pelo Estado. De acordo com o Ministério da Cultura (2014), atualmente há no Brasil 2.408 comunidades quilombolas certificadas pela FCP (Fundação Cultural Palmares) em 24 unidades da federação, dessas, 207 comunidades têm título definitivo do território.

No Estado de Goiás, segundo dados da SUPIR – Superintendência de Promoção e Igualdade Racial, existem 135 comunidades quilombolas reconhecidas pela FCP, distribuídas em 35 municípios. De acordo com dados do Plano de Cultura do Estado de Goiás (2013)², coletados pela Fundação Cultural Palmares, existem os seguintes quilombos e remanescentes de quilombos no Estado de Goiás:

Município	Comunidade
-----------	------------

² Plano de Cultura do Estado de Goiás (2013). Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-04/plano-estadual-de-cultura-goias---versao-preliminar-para-consulta-publica.pdf> Acesso em: 27/02/2016.

Nova Roma	Quilombola do Magalhães
Cavalcante / Monte Alegre/ Teresina de Goiás	Kalunga
Silvânia	Almeidas
Mineiros	Cedro
São Luiz do Norte	Porto Leucádio
Santa Rita do Novo Destino	Pombal
Minaçu	Quilombolas de Minaçu
Cidade Ocidental	Mesquita
Cromínia	Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida
Posse	Baco Pari
Monte Alegre de Goiás	Pelotas
Barro Alto	Fazenda Santo Antônio da Laguna
Mineiros	Buracão
Aparecida de Goiânia	Jardim Cascata
Campos Belos	Brejão
Campos Belos	Taquarussu
São João D'Aliança	Forte
Goianésia	Tomás Cardoso
Barro Alto	Antônio Borges
Colinas do Sul	José de Coletto
Trindade	Vó Rita
Uruaçu	Urbana João Jorge Vieira

Fonte: Fundação Cultural Palmares - FCP/2012

O maior aglomerado quilombola do Brasil fica em Goiás, a Comunidade Kalunga que conseqüentemente também é a maior em extensão populacional com cerca de 4 mil pessoas.

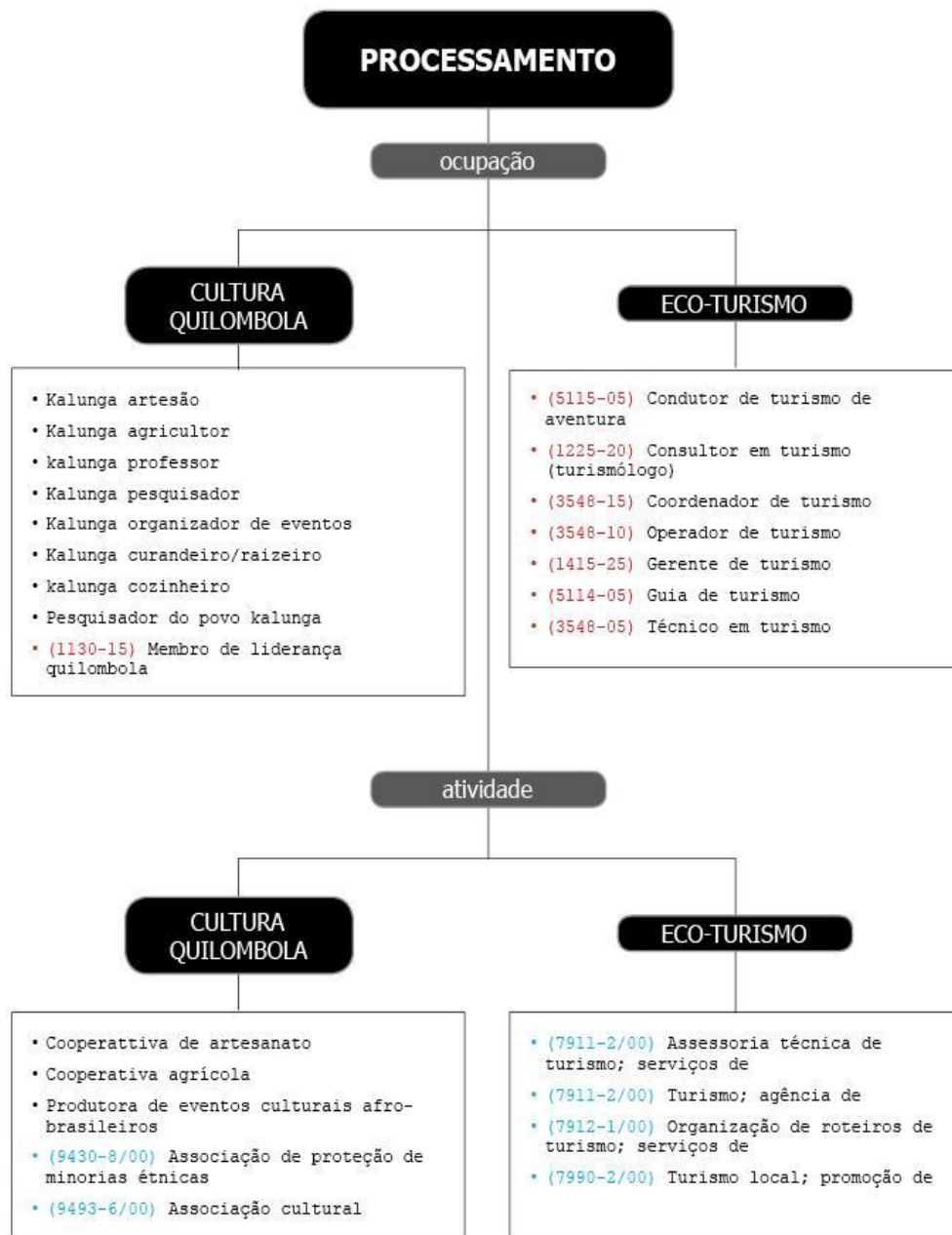
A Comunidade Kalunga está localizada nos municípios de Teresina, Monte Alegre e Cavalcante, situados no norte do Estado de Goiás e sul do Estado do Tocantins. As áreas destinadas aos Kalungas foram reconhecidas pelo governo do estado em 1991 e correspondem a 253.191 hectares de terras.

As manifestações culturais da comunidade Kalunga se caracterizam pelo trabalho coletivo, a maioria das festas estão ligadas à divindades católicas. A maioria das festas já se realizavam nas sociedades antigas como forma de agradecer pela colheita e condições climáticas para o cultivo, contudo, eram consideradas práticas pagãs que foram assimiladas pelo Catolicismo, nesse sentido, nas festas religiosas da Comunidade Kalunga as práticas de matriz africanas estão indissociáveis do catolicismo. As principais festas são: Festa de São João, Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora d'Abadia, Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião, Folia de Reis, Folia do Divino Espírito Santo e São Gonçalo, dentre outras.

Cadeia Produtiva CULTURA AFRO-BRASILEIRA



*metáfora
 indicativo de métrica
 indicativos conceituais



• (xxxx) código CBO

• xxxxx código CNAE

Números do setor

RECORTE SETORIAL

CNAE 9430 - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais			
Quantidade de Empresas ativas em Goiás (2014)		Quantidade de pessoas empregadas por essa atividade (Regime CLT)	
TOTAL	637	TOTAL	9612
NOROESTE	20	NOROESTE	95
NORTE	23	NORTE	56
CENTRO	373	CENTRO	8127
LESTE	65	LESTE	403
SUL	156	SUL	931

CNAE 9493 - Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte			
Quantidade de Empresas ativas em Goiás (2014)		Quantidade de pessoas empregadas por essa atividade (Regime CLT)	
TOTAL	37	TOTAL	
NOROESTE	1	NOROESTE	
NORTE	1	NORTE	
CENTRO	22	CENTRO	
LESTE	5	LESTE	
SUL	8	SUL	

RECORTE OCUPACIONAL

1130 - DIRIGENTES DE POVOS INDIGENAS, DE QUILOMBOLAS E CAICARAS	
OCUPAÇÃO	
TOTAL	18
NOROESTE	-
NORTE	-
CENTRO	18
LESTE	-
SUL	-
3548 - TECNICOS EM TURISMO	
OCUPAÇÃO	
TOTAL	397

NOROESTE	1
NORTE	5
CENTRO	264
LESTE	16
SUL	111
5114 - GUIAS DE TURISMO	
OCUPAÇÃO	
TOTAL	33
NOROESTE	-
NORTE	-
CENTRO	15
LESTE	5
SUL	13

Com relação ao mapeamento realizado pelo Observatório de Economia Criativa (OBEC-GO), relativo à cadeia produtiva de culturas Afro-

brasileiras no Estado de Goiás, podemos perceber que é impossível mensurar a extensão da cadeia produtiva de Culturas Afro-Brasileiras tomando por base apenas dados formais da RAIS/2014, uma vez que a forma de articulação econômica das manifestações culturais não segue uma lógica formal de atividades e vínculos. As manifestações culturais desse setor, envolve um número de atividades relacionadas e movimentam setores como o turismo e a gastronomia por exemplo.

Podemos identificar apenas uma CNAE³ no levantamento, a 9493 - Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte, com 37 empresas cadastradas, destaca-se a mesorregião Centro como a mais numerosa. Com relação às ocupações (CBOs), temos a 1130 - Dirigentes de Povos Indígenas, de Quilombolas e Caiçaras, com 18 pessoas ocupadas, sendo as 18 na mesorregião Centro e como ocupações relacionadas que estão dentro da cadeia temos os profissionais de turismo nas CBOs 3548 - Técnicos em Turismo e 5114 - Guias de Turismo.

Diante do mapeamento apresentado, constatamos que será necessária uma pesquisa mais detalhada utilizando outras metodologias e fontes de informações para que seja possível mensurar a dimensão econômica do setor, devido a característica das manifestações culturais.

Referências

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4ª Edição, Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acesso em: 23/02/2016.

JAROSKEVICZ, Elvira Maria Isabel. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS, HISTÓRIA, CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DA LEGALIDADE À REALIDADE. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_e_lvira_maria_isabel_jaroskevicz.pdf Acesso em: 20/02/2016.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

³ Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE

LOUZADA, Natália do Carmo. RECRIANDO ÁFRICAS: SUBALTERNIDADE E IDENTIDADE AFRICANA NO CANDOMBLÉ DE KETU. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/NAT%C3%81LIA_DO_CARMO_LOUZADA.pdf Acesso em: 15/02/2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA - Minc / Fundação Cultural Palmares. Caderno de Diálogo: Plano Setorial para a Cultura Afro-Brasileira. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Caderno-de-Di%C3%A1logo-Plano-Setorial-para-a-Cultura-Afro-brasileira.pdf> Acesso em: 15/02/2016.

MOREIRA, Jorgeanny de Fatima Rodrigues. O Sagrado e o Profano no lugar Kalunga: As Tradições do Catolicismo Popular e o Festar no Engenho II em Cavalcante, Goiás. Disponível em: http://www.geografia.ufmt.br/neer/ANAIS/dif/Eixo%2001%20pdf/EIXO%201%20artigo%2014%20-%20O%20SAGRADO%20E%20O%20PROFANO%20_%20KALUNGA.pdf Acesso em: 23/02/2016

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SUPIR. Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Goiânia, 2006. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_210_cartilha_igualdade_racial.pdf Acesso em: 20/02/2016.

SILVA, Mary Anne Vieira, PENA, Rodolfo Ferreira Alves Pena. ESPAÇO, CULTURA E SEGREGAÇÃO: RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRAS NA LUTA PELO DIREITO AO ESPAÇO NA CIDADE DE GOIÂNIA (GO). Goiânia, 2012. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/370/304> Acesso em: 22/02/2016.

SILVA, José Carlos Gomes da. Culturas Africanas e Cultura Afro-brasileira: uma abordagem antropológica através da música. São Paulo (UNIFESP), 2013 Disponível em: http://www2.unifesp.br/proex/novo/santoamaro/docs/cultura_afro_brasileira/culturas_africanas_e_afro-brasileira.pdf Acesso em: 21/02/2016.